



**FACULDADE REGIONAL DA BAHIA  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ANA CARLA DA SILVA**

**O ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL À PESSOA SURDA**

Salvador  
2013

**ANA CARLA DA SILVA**

**O ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL À PESSOA SURDA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Regional da Bahia, UNIRB, como requisito parcial à obtenção da Graduação de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof<sup>a</sup> MS Jocelina Coelho.

Salvador  
2013

**ANA CARLA DA SILVA**

**O ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL À PESSOA SURDA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Regional da Bahia – UNIRB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social com nota final igual a....., conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

---

Jocelina Coelho

Profª Orientadora

---

  

---

Dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim e no meu empenho principalmente, aos meus pais Evoni e Vitor e irmãos Andréia, Eliane, Vitor e Vitoria.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por cuidar e sempre me carregar em seus braços em incontáveis vezes durante essa jornada;

Agradeço a minha mãe por ser essa mulher tão intensa, guerreira, lutadora, batalhadora e incansável que em frente às “tsunamis” jamais se deixou esmorecer;

- MÃE ME ORGULHO IMENSAMENTE DE SER SUA FILHA!!!

Ao meu pai por ser sempre um exemplo de pai, por mostrar desde cedo que tudo é possível para aqueles que não têm medo da luta;

Aos meus irmãos Andreia, Eliane Vitor e Vitoria sempre seremos irmãos, sempre aconteça o que acontecer ninguém nunca mudara isso, obrigada por serem parte de mim. Eliane obrigada por todas as vezes que você abriu mão de você mesma, mana;

Aos amigos presente ou não, nunca terei palavras para agradecer a todos vocês, como não cansaço de dizer amigos são família que Deus nos dá com uma 2º dádiva; Bruna, Gi, Marcinha, Sandra, Ju, Wendell, Demétrius, Alaur, Marcelo e Jane e tantos outros aqui não citados mais não menos importantes amigos de uma vida inteira não importa a distancia jamais esquecerei vocês;

Pr. Moises e Pra. Alba obrigada por me acolherem como filha por me amarem incondicionalmente, vocês sempre serão meus 2º pais;

Cris minha irmã postiça, minha força, meu norte meu porto seguro, obrigada por cuidar de mim sempre por nunca me deixar desistir;

Vocês são as únicas coisas boas que Curitiba me deu;

Laurinha minha estrela iluminada nunca terei palavras para agradecer tudo que você em sua infinita humildade fez por mim, obrigada um milhão de vezes por colocar um sorriso novamente em meus lábios;

D. Gil, D. Terezinha e a Jovem obrigada por toda ajuda serei eternamente grata as Vocês;

Leiloca te amo apesar dos “nossos pegás” mais família é assim mesmo neh?!;

Como não poderia esquecer tenho que agradecer mais do que especialmente aos meus três “maridos” José, Henrique e Thiago amo vocês e saibam que vocês são dádivas de Deus na minha vida, Zé você é meu amigo, irmão, confidente meu chão quando sonho demais obrigada por tudo;

Aos meus professores por toda compreensão, pela dedicação, pelo estímulo e sensibilidade;

Aos meus chefes Diniz, Junior, Ricardo e Sergio, meu muito obrigado por toda a compreensão e por fazerem parte desta jornada;

A D. Alice, Silvinha, D. Aparecida, Robson e Lizette e suas famílias por serem minha inspiração para a construção deste tema, a luta de vocês é muito mais ampla e intensa do que eu imaginava;

As amigas conquistadas durante esta jornada especial todas mais obrigada pela ajuda, por todas as vezes que não deixaram minha peteca cair em especial as amigas Grazi, Neila pela ajuda na construção deste tema;

A Professora Jocelina por toda a paciência e empenho;

As colegas que me apoiaram as amigas conquistadas durante esta jornada;

Aureni, Livia, Marcella, Tati, Gleide, Maraíse, Priscila, Rafaela, Vanessa e tantas mas levo vocês como minhas amigas conquistadas durante essa jornada, sentirei falta de vocês;

A aqueles que nunca perderam a fé em mim;

Aos amigos do trabalho por toda compreensão nos dias estressantes;

MEU MUITO OBRIGADO A TODOS.

## RESUMO

O objetivo geral desse trabalho é analisar a importância do atendimento da pessoa surda de maneira independente e com qualidade, além de ter como perspectiva discutir “O atendimento da pessoa surda por profissionais do Serviço Social na busca dos Direitos Sociais”, revela-se como de fundamental importância o direito à liberdade de expressão e opinião à pessoa humana, inclusive quando se trata de comunicar-se com uma pessoa surda, visando conduzir este a busca de seus direitos e na efetivação do mesmo. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Conclui-se que o povo surdo possui força e coragem para enfrentar os desafios que lhe são postos, mas precisam que o povo ouvinte o respeite. Qualquer que seja o nível linguístico de um surdo, seu grau de escolaridade ou sua profissão, antes de tudo, eles são humanos, são cidadãos brasileiros com direitos e deveres iguais a todos. E, aqueles que se encontram em situação de desrespeito aos seus direitos e de vulnerabilidade social devem encontrar, nos serviços que buscarem assistentes sociais capacitados técnica, ética e politicamente para atendê-los com respeito, dignidade e qualidade.

**Palavra-chave:** Atendimento; Pessoa surda; Serviço Social.



## ABSTRACT

The goal of this paper is to analyze the importance of attending the deaf person independently and quality, besides having as perspective discuss "The care of the deaf person by social service works in the pursuit of Social Rights", reveals itself as fundamental importance the right to freedom of opinion and expression in the human person, order to conduct this search of his rights and in the fulfillment of the same. A methodology was reviewing bibliográfica. Conclui that deaf people have power and courage to face the challenges that are set, but the people who need the listener respects. Whatever the linguistic level of a deaf, your schooling or your profession, first of all, they're human, are Brazilian citizens with equal rights and duties for all. And those who are in a situation of disrespect for their rights and social vulnerability must find the services they seek, social workers trained technically, ethically and politically to serve them with respect, dignity and quality.

**Keyword:** Attendance; deaf person; Social Services.

## SUMARIO

INTRODUÇÃO	12
2 INSERÇÃO DA PESSOA SURDA NA SOCIEDADE	15
2.1 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA	15
2.2 DIFERENCIANDO A PESSOA SURDA DO DEFICIENTE AUDITIVO	19
2.3 A PESSOA SURDA SEUS DESAFIOS NO DECORRER DA HISTÓRIA	23
3 COMPREENDENDO A PESSOA SURDA NO CONTEXTO DAS ABORDAGENS TERMINOLÓGICAS: INCLUSÃO X EXCLUSÃO	27
3.1 MAS AFINAL O QUE É NEOLIBERALISMO?	27
3.2 EXCLUSÃO SOCIAL	29
3.3 BREVE REFLEXÃO SOBRE POLITICAS SOCIAIS E PROTEÇÃO SOCIAL	31
3.3.1 A exclusão social e a pessoa surda	38
3.3.2 Inclusão Social	38
3.3.3 Mercado de Trabalho para pessoas surdas	40
3.4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO	44
4 SERVIÇO SOCIAL UMA PROFISSÃO EM ASCENÇÃO	46
4.1 A LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE A POLITICA SOCIAL	51
4.2 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS DESAFIOS	55
4.2.1 O movimento de reconceituação	56
4.3 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS DESAFIOS	56
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como perspectiva discutir “O atendimento da pessoa surda por profissionais do Serviço Social na busca dos Direitos Sociais”, revela-se como de fundamental importância o direito à liberdade de expressão e opinião à pessoa humana, inclusive quando se trata de comunicar-se com uma pessoa surda, visando reduzir incidências de conflitos.

Respaldo-se no Censo 2010 divulgado pelo IBGE, no período existiam cerca de 9,7 milhões no país que declaram ter algum tipo de deficiência auditiva. A deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas. Sendo que deste total 344,2 mil se declaram surdas e 1,7 milhão de pessoas declaram ter uma grande dificuldade de ouvir.

Diante do apresentado, o profissional do Serviço Social na contemporaneidade deve buscar alternativas para o enfrentamento dessa realidade quando dentro de suas atribuições no espaço sócio ocupacional ou teoricamente quando produz conhecimentos a cerca do tema.

Assim, como inquietude busca-se com o estudo refletir sobre o seguinte problema: Por que na contemporaneidade, ainda há uma enorme fragilidade no atendimento do Serviço Social às pessoas surdas nas Políticas Sociais Públicas?

Na tentativa de responder ao questionamento proposto, levanta-se como base hipotética: Confirma-se no cotidiano que as pessoas surdas têm dificuldades no atendimento que lhes são oferecidos, durante a busca pela garantia de seus direitos de forma independente, uma vez que na atualidade não existem intérpretes disponíveis nos espaços sócio ocupacionais de atuação dos profissionais que contribuem para o acesso a tais direitos. Nesse cenário, analisa-se que, não é oferecida ao profissional do Serviço Social capacitação para na perspectiva de que haja comunicação durante o acolhimento a estes usuários, sendo assim, se faz necessário que os mesmos sempre estejam acompanhados por parente ou amigo ouvinte para que seu atendimento seja realizado de forma “satisfatória”.

Frente a esta questão evidencia-se a relevância de trazer como objetivo geral: Analisar porque na contemporaneidade, ainda há uma enorme fragilidade no atendimento do Serviço Social às pessoas surdas nas Políticas Sociais Públicas.

Revela-se como objetivos específicos: Compreender a pessoa surda e suas conquistas com a finalidade de respeitá-la. Estudar as políticas sociais públicas voltadas às pessoas surdas. Mapear os direitos constitucionais. Descrever a importância do atendimento do profissional do Serviço Social de forma independente a esse usuário.

A abordagem central da temática discorre sobre o atendimento ao usuário surdo e suas implicações na falta do atendimento de forma independente por parte dos profissionais de Serviço Social.

As motivações que fizeram levantar tal linha de pesquisa, iniciou-se através da experiência vivenciada ainda na infância, frente a convivência comunitária com uma família que possuía alguns de seus membros surdos, inclusive por perceber que não fora um impeditivo para que pudessem vencer, de precursores na luta em busca da efetivação de seus direitos. Essa história de determinação desencadeou o interesse profissional de lutar pela garantia e promoção da dignidade humana da pessoa surda.

A temática abordada é de suma importância, principalmente por ser um tema contemporâneo que ainda não possui um debate amplo por teóricos na área das Políticas Sociais Públicas. Inclusive pela carência de atendimento mais qualificado a esse público nos espaços sócio-ocupacionais de atuação da categoria de do profissional de serviço social, situação que reforça indiretamente a lógica do sistema capitalista, uma vez que na perspectiva funcionalista/positivista o sujeito é o culpado pela sua condição de miserabilidade social.

Diante do exposto considera-se a relevância do tema proposto de maneira a impulsionar as discussões, desmistificando a surdez vista como uma deficiência, que incapacita à pessoa, impossibilitando-o de desenvolver sua autonomia e seu protagonismo enquanto sujeitos de direito, reconhecidos pela sociedade, conforme dita as Leis e Políticas Públicas.

A pesquisa tem como objetivo analisar a importância do atendimento da pessoa surda de maneira independente e com qualidade. Utilizando-se da metodologia quanto à forma de abordagem é uma pesquisa bibliográfica, por meio de revisão de literatura. E quanto aos objetivos é uma pesquisa exploratória porque busca conhecer com maior profundidade os assuntos abordados.

O universo da pesquisa reflete através de pesquisa bibliográfica e de campo, e a amostra foi escolhida de forma não-aleatória acidental, para obtenção de dados que convém responder aos objetivos proposto na pesquisa, para tanto, será utilizado revisão de literatura através de artigos, teses, monografias, livros, publicações que se atenham a temática, incluindo entrevista realizadas através de pesquisa de campo com profissionais do Serviço Social que ocupem espaços sócio-ocupacionais que atendam às pessoas surdas na perspectiva de garantia dos seus direitos.

Para a elaboração deste trabalho serão utilizados como categoria teórica os conceitos de surdez, a inserção da pessoa surda no mercado de trabalho, a deficiência auditiva, a exclusão social e a pessoa surda, mercado de trabalho para pessoas surdas, serviço social uma profissão em ascensão, políticas sociais, direitos constitucionais, serviço social, o exercício da profissão de serviço social e a mediação, trazendo diversos teóricos e suas respectivas discussões frente à temática em questão.

Neste sentido, o primeiro ponto a ser analisado é o conceito de cada categoria e depois discorrer de forma geral a visão dos teóricos.

## 2 INSERÇÃO DA PESSOA SURDA NA SOCIEDADE

O capítulo tem como objetivo elucidar a diferença entre a surdez e a deficiência auditiva, como também demonstrar o histórico de lutas e conquistas dos seus direitos, desde a pré-história até os dias atuais, vindo a ser confirmado pela Constituição Federal de 1988 e ampliada, através da ratificação no Brasil, após a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência, em 2008.

### 2.1 A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Durante toda história da humanidade, as pessoas portadoras de deficiências têm sido discriminadas pela sociedade. Na maior parte do tempo, são encaradas como incomodo por suas diferenças e incapacidades para desempenhar as funções da vida cotidiana. Com o preconceito, acabavam tachadas de produto da degeneração da raça humana. A solução encontrada era escondê-las, tirando-as do convívio "normais", e até matá-las, como fizeram os gregos na Antigüidade e os nazistas na nossa era.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 10% da população mundial tem algum déficit auditivo. Já a chamada "surdez severa" incide em uma em cada mil pessoas nos países desenvolvidos e em quatro em cada mil nos países subdesenvolvidos. No Brasil, calcula-se que 15 milhões de homens e mulheres tenham algum tipo de perda auditiva e que 350 mil nada ouçam.

O ouvido é o órgão que capta esse som, transforma-o em estímulos elétricos e os envia ao nervo auditivo, para que cheguem ao cérebro. Ali, eles são decodificados como uma palavra, ou como uma canção. Quando esse precioso mecanismo apresenta falhas, surgem as deficiências auditivas, que podem ter vários graus e culminar na surdez total. O som é energia mecânica de vibração do ar. O conceito de surdez embora varie de acordo com alguns autores, define a perda auditiva abruta ou rapidamente progressiva, por

comprometimento de ouvido interno, de intensidade e freqüência variáveis, acometendo ambos (raramente) ou apenas um dos ouvidos.

A Deficiência auditiva é considerada genericamente como a diferença existente entre a performance do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora de acordo com padrões estabelecidos pela American National Standards Institute (ANSI - 1989).

A audição é um sentido geneticamente existente no momento do nascimento de uma criança "normal". Esse sentido pode ser definido como a capacidade de ouvir os sons em dois parâmetros. Expressos em freqüências puras, os sons audíveis vão dos infra-sons (ou sons graves) até sons muito agudos, atingindo e ultrapassando os 16.000 Hz. Ainda em consonância com o artigo 2º do decreto que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais-Libras.

É através da audição que aprendemos a identificar e reconhecer os diferentes sons do ambiente. As informações trazidas pela audição, além de funcionarem como sinais de alerta, auxiliam o desenvolvimento da linguagem, possibilitando a comunicação oral com nosso semelhante. De acordo com MONTE (2004), sob o aspecto da interferência na aquisição da linguagem e da fala, o déficit auditivo pode ser definido como perda média em decibéis, na zona conversacional (freqüência de 500- 1000-2000 hertz) para o melhor ouvido.

O Decreto nº 3.298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em seu Art. 3º, considera deficiência como *Toda* perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

O Art. 4º do Decreto nº 3.298/99 caracteriza a pessoa com deficiência a partir do enquadramento em uma das seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla (GUEDES, 2005).

Percebemos então, que a surdez sendo considerada uma deficiência é classificada quanto ao período em que foi adquirida, sendo suas causas variadas. Ela é também diferenciada dependendo do local da lesão.

Quanto ao período de aquisição a surdez pode ser dividida em dois grandes grupos:

- Congênitas, quando o indivíduo já nasceu surdo. Nesse caso a surdez é pré-lingual, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem.
- Pós-lingual, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes ou depois da aquisição da linguagem.
- Em relação às causas da surdez, ela se divide conforme segue abaixo:
- Pré-natais: – Surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação, como: Rubéola, Intra-Uterino (nos 3 primeiros meses); Toxoplasmose; Diabetes; Sífilis; Irradiação; Hipoxia; Drogas ototóxicas; Alcoolismo materno.
- Peri-natais: Surdez provocada mais freqüentemente por parto prematuro; como: Anoxia cerebral (falta de oxigenação no cérebro logo após o nascimento). Trauma de parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado), Infecções materno na hora do parto (herpes).
- Pós – natais: Surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida como: Meningite; Caxumba; Sarampo; Uso de drogas atóxicas; Idade avançada; Acidentes, Eritroblastose fetal.

A deficiência auditiva trata-se de uma deficiência onde os órgãos da audição são atingidos, o que faz com que o indivíduo tenha dificuldades ou impossibilidades de escutar. Como a audição é muito importante para o desenvolvimento do ser humano, a sua perda pode prejudicar o aprendizado, principalmente a linguagem ou o falar. Nem toda pessoa surda é muda e ela pode aprender a falar, desde que receba estimulação adequada desde bebê, a chamada estimulação precoce.

O audiômetro é um instrumento utilizado para medir a sensibilidade auditiva de um indivíduo. O nível de intensidade sonora é medido em decibel (dB). Por meio desse instrumento faz-se possível a realização de alguns testes, obtendo-se uma classificação da Surdez quanto ao grau de comprometimento



(grau e/ou intensidade da perda auditiva), a qual está classificada em níveis, de acordo com a sensibilidade auditiva do indivíduo. Com base na classificação do Boreal Internacional d'Audiophonologie – BIAP, e na portaria Interministerial nº 186 de 10/ 03/78 considera-se:

Parcialmente surdo:

- A pessoa com surdez leve (25 a 40 dB)
- Neste caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicha).
- Não percebe os fonemas da mesma forma, isto altera a compreensão das palavras; voz baixa e distante não é ouvida.
- A pessoa com surdez moderada (41 a 70 dB): com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro. Percebe a voz com certa intensidade; discriminação difícil em lugares ruidosos.
- Surdo:
- A pessoa com surdez severa (71 a 90 dB):
- Neste caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou o ruído das máquinas de escrever num escritório, por exemplo.
- Mas consegue identificar ruídos familiares (predominando os graves) percebe voz forte (grave)
- A pessoa com surdez profunda (acima de 90 dB):

Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira, ou ainda o ruído de um avião decolando. A pessoa com tal grau de surdez necessita fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado. A surdez pode ser ainda classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas um ouvido e bilateral, quando acomete ambos os ouvidos. Considera-se ainda deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz de acordo com o Decreto que regulamenta a Lei de LIBRAS (Lei nº10436/02) .

## 2.2 DIFERENCIANDO A PESSOA SURDA DO DEFICIENTE AUDITIVO

Como conceito a versão instituída pelo CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), no Decreto de nº 3.298 de dezembro de 1999, artigo 3º, 1º parágrafo, o qual regulamenta a Lei nº 7.853/1989, dispondo sobre a consolidação das normas de proteção a pessoa com deficiência, define deficiência como sendo:

Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Conceituar deficiência nos termos legais confere trazer três categorias primordiais que distinguem deficiência, sendo elas: deficiência (conforme descrita acima), deficiência permanente (aquela que mesmo após tratamento não poderá ser alterada) e incapacidade (considera-se incapacidade uma redução acentuada da capacidade, muitas vezes necessitando de equipamentos/meios que possibilite o desenvolvimento normas de suas atividades seja ela social ou laboral).

Cada sujeito diante desse contexto de vida poderá utilizar meios, caso julgue necessário e sua cultura de mundo permita passar por um processo de reabilitação para melhor apreensão da realidade vivenciado, permitindo assim, desenvolver-se na sociedade, frente a essa vertente de análise da sociedade, Diniz (2012) considera a deficiência como resultado de dois fatores: um corpo com lesão em uma sociedade discriminatória.

Ainda respaldando-se na referida autora citada acima (2012), a sociedade trata deficiência como sendo tudo que foge ao padrão dito como normal, assim foi denominado por essa sociedade durante anos. É importante frisar que no período colonial essa mesma sociedade acreditou por exemplo que a população indígena tivesse a necessidade de serem alfabetizados ou até mesmo catequizados para que cultuasse um Deus que não era o seu, uma religião distante do seu contexto de vida e, no entanto atualmente o que vemos é o reconhecimento da cultura indígena.

Diniz ainda evidencia um olhar marxista sobre a deficiência ao descrever que é o capitalismo quem se beneficia com a segregação destes indivíduos, uma vez que estes cumprem uma função econômica ao fazerem parte do para desemprego estrutural como uma terceira classe social.

Para melhor explicitar esse contexto na contemporaneidade Pina e Martins (2010, p.02) frisa que:

O pós-modernismo desconsidera esse fato, reduzindo-se à compreensão fenomênica do real. Evidência disso é o caso da segregação das pessoas com deficiência. Em essência, esse fenômeno é resultado de procedimentos de inclusão forçada estabelecidos para garantir a imposição de comportamentos, normas, condutas, valores e outros requisitos necessários ao contínuo acúmulo de capital.

O reordenamento do sistema capitalista pautado na vertente neoliberal tende a excluir e marginalizar os sujeitos que estão fora do perfil de exploração pelo trabalho ativo, inclusive quanto se trata da utilização de políticas públicas voltadas para manutenção da ordem social, e de possibilitar aos mínimos necessários a subsistência dos mais vulneráveis.

No tocante a essa questão é preciso frisar que as políticas econômicas adotadas no Brasil reafirmam ao longo dos anos que as políticas sociais contrariam os princípios dos direitos fundamentais promulgado pela Constituição Brasileira em 1988.

A separação entre grupos sociais distintos são traços exclusivos das sociedades capitalistas, autorizadas por normas que os fragilizam enquanto ser social, por serem discriminados, desvalorizados, rotulados como “anormais”, no entanto, as lutas tem sido uma constante na vida do público surdo, na atualidade encontram-se inseridos no contexto das minorias, junto a negros e homossexuais, para que possam ter direito a inclusão, junto os normais, porém considerados diferentes.

Assim, para melhor evidenciar a distinção entre a pessoa “surda” Moura (2000, p.73) a definirá como sendo:

O indivíduo que, tendo uma perda auditiva, não é caracterizado pela sua deficiência, mas pela sua condição cultural e de identidade surda defende ainda que a utilização do termo “surdo” refere-se à condição audiológica de não ouvir.

Estudos ao longo dos anos têm caracterizado os surdos em duas categorias distintas: a primeira define os portadores de surdez patológica (essa adquirida em idade adulta) e aqueles cuja surdez é um traço fisiológico distintivo (este é o caso da maioria dos surdos congênitos).

O professor Zovico em um dos seus depoimentos define o termo “Surdo” para aqueles que já nasceram surdos, pois assim o não ouvir é algo natural.

Para o mesmo o termo deficiente auditivo denomina a classe de pessoas que de alguma maneira vieram a perder a audição, seja por meio de acidente ou alguma doença e não se vê como detentor ou participante de tal cultura.

O autor mencionado acima relata no quadro a seguir as principais diferenças entre os surdos e deficientes auditivos, quanto à vários fatores culturais no quadro abaixo:

<b>Deficiente Auditivo</b>	<b>Surdo</b>
Não são usuários de LIBRAS	São usuários de LIBRAS
Mobilização em busca de aparelhos auditivos	Mobilização na defesa da LIBRAS, da cultura e da comunidade surda
Assistem televisão com fone sem fio	Assistem TV através de Legenda
São mais próximos dos ouvintes	Usam telefone para surdos
Conforto linguístico ser oral-auditivo	Utilizam sinalizadores luminosos para campanha, telefone, etc.
Não participa nas associações de surdos	Painéis eletrônicos
Não aceita ser chamado de surdo	Utilizam-se mais de imagens na interpretação e comunicação
Presença de Interpretador Orofacial	Participa nas associações de surdos
Gosta de ser chamado de deficiente auditivo	Não aceita ser chamado deficiente auditivo

O que se vê atualmente é que a distinção de termo pessoa surda de deficiente auditivo não é divulgada de forma ampla, assim ainda é usual a utilização de termos como surdo/mudo ou ainda deficiente auditivo para essa parcela populacional.

A terminologia surdo-mudo é um termo errôneo uma vez que não existem pessoas surdas-mudas, elas são surdas, pois a fala se apreende através da escuta, por meio da repetição das palavras, sendo assim essas pessoas não falam porque não ouvem, mas na contemporaneidade muitos surdos já falam, uma vez que esses vem aprendendo em escolas bilíngües, através de fonoaudiólogos, através do uso da técnica da leitura labial, eles vem desenvolvendo assim a fala como qualquer ouvinte.

O surdo não se vê como um deficiente, ele mesmo se vê como detentor e usuário de uma cultura própria. Cultura essa que possui características próprias, assim como uma pessoa nascida na Alemanha dispõe de sua cultura alemã, assim pode-se concluir que a pessoa Surda possui sua própria cultura e por consequência sua própria língua. Contudo, a sociedade brasileira comandada pela lógica capitalista excludente leva muitas vezes essa demanda contraditoriamente a buscar o amparo na política de assistência social na condição de pessoa deficiente auditivo. Isto será aprofundado nos próximos capítulos.

Portanto, é preciso analisar a Surdez não como uma deficiência, mas como uma cultura, a partir do momento que o indivíduo se enxerga e identifica-se, este deve ser considerado como um sujeito que detém direito.

De acordo com o Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 SE esclarece tal diferença da seguinte forma:

Art. 2º - Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo Único - Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

O Decreto acima mostra a distinção de surdez de deficiência talvez não de uma forma plena e esclarecida, apesar da surdez ser reconhecida pelo Estado como uma cultura este não conseguiu ainda desenvolver ações voltadas na perspectiva de manter o mínimo necessário ao seu atendimento, principalmente no que diz respeito às políticas sociais básicas como educação e inclusão destes indivíduos.

Ao negar a existência da cultura surda nega-se também suas conquistas através das suas lutas ao longo dos tempos. Assim é importante frisar e deixar registrada a distinção entre deficiência auditiva e cultura da pessoa Surda, a tendência ora apresentada foi intencionada a desmistificar o surdo enquanto bilíngue-bicultural, por conviver cotidianamente com duas línguas e culturas: dotado de língua de sinais libras – cultura surda, e utiliza-se da língua oral – cultura ouvinte, é preciso demonstrar que muitas pessoas surdas consideram-se capacitadas, por terem a habilidade de comunicassem entre seu meio, a assim poder desenvolver sua autoestima, e fazer com que a sociedade possa enxergá-lo com outros olhos, já que desempenha seu papel enquanto sujeito social.

Há seguir a abordagem em discussão trará os desafios e conquistas da pessoa surda através da história.

### 2.3 A PESSOA SURDA SEUS DESAFIOS NO DECORRER DA HISTÓRIA

No decorrer da história as pessoas surdas são subjugadas juntamente com pessoas que possuem qualquer tipo de dificuldade, seja ela deficiência física, intelectual, visual, motora entre outras, fato que sempre acabou dificultando a aceitação da surdez como algo natural diferente de deficiência auditiva.

Segundo Strobel (2008, p.83), a sociedade grega deixava os surdos há sua própria sorte, e quando sobreviviam de alguma forma eram transformados em escravos, já que eles não se comunicavam, acabavam sendo transformados em acompanhantes ou ter outras funções de confiança.

Já nas sociedades Egípcia e a Pérsia, consideradas as primeiras sociedades que se têm notícias de tratamento diferenciado a pessoa surda como se pode constatar, respaldando-se nas inferências do mencionado autor os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados enviados dos deuses,

pelo fato de não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e 'adoravam' os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social.

Já na idade media os surdos eram abandonados em florestas ainda bebês, assim que a surdez fosse detectada, ainda respaldando Strobel (2008), para algumas sociedades indígenas as crianças surdas eram descartadas, sendo enterradas juntas com suas placentas.

No período da pré-história, existem relatos de situações vivenciadas por tribos nômades, conforme afirma Gugel (2008, p.02);

Os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência.

Na sociedade grega existiam os defensores da eliminação dos surdos ainda bebês, pois para essa sociedade ser surdo era ser disforme.

Aristóteles foi acusado de ter estagnado por quase dois séculos a educação da pessoa surda após afirmar que a linguagem falada era característica principal do desenvolvimento de pensamento, isso levou a sociedade da época a acharem que os surdos eram incapazes de pensar.

Já na Idade Média durante o período da inquisição e de poder da igreja católica, acreditava-se que por os surdos não poderem ouvir estes não entendiam os códigos religiosos e por não falarem oralmente não podiam se confessar, logo eram impedidos de se casar ou de herdar bens.

Já na Idade Moderna por volta do século XVI em diversas partes da Europa se tem notícia de vários educadores de pessoas Surdas de famílias nobres, essa educação era com a perspectiva de ensiná-los a ler, falar e escrever com o objetivo de dar legitimidade ao reconhecimento desses indivíduos, razão principal, que eles herdassem além das fortunas os títulos de suas famílias.

O primeiro país que se tem noticia a ter uma língua própria de sinais foi a França por volta do ano de 1754.

WRIGLEY (1996, p.71) afirma que durante algum tempo acreditou-se que a Surdez era uma doença ou defeito, necessitando assim de tratamento. O autor discorrerá a seguir como estes indivíduos eram/são vistos na sociedade predominante de característica ouvinte.

(...) surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos. Se pudéssemos consertar os ouvidos, eles estaria ouvindo. Esta lógica comum na verdade é comum, mas não necessariamente lógica. Os negros são pessoas brancas que possuem pele escura. Se pudéssemos consertar a pele, eles seriam brancos. As mulheres são homens com genitália errada...; e por aí vai. Essas transposições cruas revelam um tecido social de práticas pelas quais nós sabemos quais identidades são tanto disponíveis quanto aceitáveis.

Segundo Moura 2000 relata que em 1794, francês Jean-Marc Itard, então médico-cirurgião , iniciou um trabalho com uma criança que foi encontrada perdida, que tinha por volta de 12 anos de idade, e que nunca teria aprendido a falar. Ele tinha em mente compreender as causas da surdez, ele constatou que elas não eram visíveis. A autora afirma que para realizar seus estudos, o Sr. Jean-Marc dissecou cadáveres de Surdos tentando assim vários procedimentos como: aplicar cargas elétricas nos ouvidos de Surdos, utilização de sanguessugas para provocar sangramentos, perfuração das membranas timpânicas de alunos (sendo que um deles morreu por esse motivo).

Em 1856 chega ao Brasil o professor Ernest Huet, surdo francês trazendo consigo o alfabeto manual francês difundindo assim alguns sinais para o Brasil.

No ano seguinte 1857 temos a fundação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, o qual se chama atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdo, criado através do Decreto Imperial de D.Pedro II. Tal instituição funcionava como uma escola, mas também assumia o papel de asilo, onde só eram aceitos surdos do sexo masculino, advindos de todos os pontos do país.

Logo em seguida temos a proibição da utilização da Língua de Sinais de acordo com a Resolução estabelecida durante o Congresso Mundial de Professores e Alunos Surdos, realizado em Milão na Itália em 1880. Resolução esta que decide que a educação de indivíduos surdos deveria ser feita por meio do método oral, a partir de então se tornaria proibido, primeiro na Europa se estendendo para o Brasil no ano seguinte.



Apesar dos esforços realizados, infelizmente, foi constatado a ausência de documentação que mostra a história da Surdez no Brasil de 1880 até 2002, salve trechos das constituições que em seu texto não distingue esses dos deficientes em geral. A constatação que se tem é que foram apagados os registros, ou não houve interesse de se escrever sobre o histórico, ao longo dos anos.

Somente na Constituição Federal de 1988, é que se tem a inclusão de pessoas surdas na sociedade, por meio da garantia de direitos, no entanto, vistos como deficientes auditivo, foi através da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 regulamentada pelo Decreto DEC 3.298/1999, que se instituiu um olhar para esse público, ainda de forma superficial, somente 10 anos após homologação da Lei em questão.

Apenas, em 2002 através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que voltamos a ter a inclusão de pessoas surdas na Constituição Federal e somente através do DEC 5.626/2005 é que temos homologação da mesma lei.

Atualmente é possível ver a negação da existência da cultura surda no Brasil, seja pelo desconhecimento, ou pela omissão da sociedade, assim surge junto a esse grupo o espaço para a exclusão.

O capítulo a seguir discorrerá para melhor entendimento e ampliação da discussão o termo exclusão, bem como a terminologia inclusão para melhor entendermos a marginalidade na qual este indivíduo é obrigado a se encontrar.

### **3 COMPREENDENDO A PESSOA SURDA NO CONTEXTO DAS ABORDAGENS TERMINOLÓGICAS: INCLUSÃO X EXCLUSÃO**

No capítulo há seguir iremos abordar a exclusão como uma das adversidades encontradas pela pessoa surda e a em seguida sobre a inclusão.

Nesse capítulo a proposta de discussão compreende a abordagem das terminologias exclusão e inclusão. Para entender tais conceitos se faz necessário compreender seu progenitor o neoliberalismo para posteriormente a definição do que é exclusão como surgiu tal termos como conhece-se nos dias atuais.

#### **3.1 MAS AFINAL O QUE É NEOLIBERALISMO?**

O dicionário Aurélio define neoliberalismo como sendo a forma moderna do liberalismo, que permite uma intervenção limitada do Estado, no plano jurídico e econômico.

Baseando-se em estudos pode-se definir o neoliberalismo como conjunto de ideias políticas econômicas de cunho capitalista que defende a não participação do estado na economia. De acordo com sua doutrina a total liberdade de comércio (livre mercado) é um dos seus maiores princípios pois é através dele que será garantido o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país, teve seu início com a queda da União Soviética nos anos 80 com a chamada terceira revolução industrial com a globalização.

Podem-se definir como principais características do neoliberalismo:

- Mínima participação do governo nos rumos da economia do país;
- Intervenção mínima do governo no mercado de trabalho;
- Plano de privatização das empresas estatais;
- Livre circulação de capitais internacionais;
- Abertura da economia para a entrada de multinacionais;

- Diminuição do tamanho do estado tornando-o mais eficiente com isso logo gera-se desemprego;
- Baixos salários;
- Estado mínimo;
- Aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional nos países subdesenvolvidos.

Com a expansão do neoliberalismo temos a minimização dos serviços oferecidos pelo estado.

Sonia Alem Marrach em seu texto Neoliberalismo e Educação define Neoliberalismo como sendo:

(...) ideologia dominante numa época em que os EUA detêm a hegemonia exclusiva no planeta. É uma ideologia que procura responder à crise do estado nacional ocasionada de interligação crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias.

Segundo o texto o neoliberalismo foi aplicado de maneira diversa nos vários países nos quais se tornou uma realidade.

Segundo autores no Brasil o neoliberalismo tem seu início nos anos de 1990 com o plano real no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma das primeiras medidas para que as políticas neoliberais fossem implantadas com sucesso no Brasil, foi a de garantir que o capital se valorizasse livremente, para isso foi necessário que inúmeras as medidas fossem integradas tornando assim possível a valorização do capital no Brasil.

Diante dos aspectos informados acima, nos anos 90, o termo exclusão social passa a definir a “nova pobreza” após o nascimento do neoliberalismo.

Com intuito de entender as terminologias exclusão e inclusão iniciar-se o próximo capítulo pela definição do que é exclusão como surgiu tal termos como conhecemos nos dias atuais.

### 3.2 EXCLUSÃO SOCIAL

O termo exclusão social, de origem francesa, toma vulto a partir do livro *Les Exclús* (1974), de autoria de Lenoir, que define os excluídos como aqueles indivíduos concebidos como resíduos dos trinta anos gloriosos de desenvolvimento. Seguindo as idéias de Lenoir, o estudioso brasileiro Hélio Jaguaribe, em meados de 80, prevê, a partir da pobreza crescente, a exclusão de contingentes humanos e a define como resultado da crise econômica que se inicia em 1981-83. Para este autor, a exclusão assume as feições da pobreza.

O escritor e político brasileiro Cristovam Buarque (in Nascimento, 1996), seguindo a mesma perspectiva de compreensão, ao analisar a crise econômica, publica escritos (1991, 1993 e 1994) que chamam a atenção para a ameaça à paz social.

Segundo Buarque, a exclusão social passa a ser vista como um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num apartheid informal, expressão que dá lugar ao termo "apartação social". Para ele, fica evidente a divisão entre o pobre e rico, em que o pobre é miserável e ousado enquanto o outro se caracteriza como rico, minoritário e temeroso.

De acordo com Rogers (In Dupas, 1999), a exclusão, em sua essência, é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços, e também à falta de segurança, justiça e cidadania.

Assim, observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho (desemprego de longa duração), no acesso à moradia e aos serviços comunitários, a bens e serviços públicos, à terra, aos direitos etc. Silver, ao enumerar várias categorias de excluídos, reúne os velhos desprotegidos da legislação, os sem-terra, os analfabetos e as mulheres que, a nosso ver, apesar de excluídas como indivíduos, no espaço privado, devem levar apoio aos demais excluídos no âmbito da sociedade.

Sposati em uma de suas produções enfatiza o quanto a produção capitalista é excludente, ela enfatiza ainda que este fenômeno não é novo e que o mesmo já tinha em diversas vezes sido explanado e enfatizado por Marx.

De acordo com autores desta temática, a origem do termo exclusão social tal como se conhece na contemporaneidade, nasceu por atribuição do título do livro *Les exclus* de René Lenoir, publicado no ano de 1974, antes de tal publicação o termo exclusão fazia referência a pobreza e as desigualdades sociais.

Ainda de acordo com esses autores o termo exclusão social no século XX, é uma terminologia utilizada para dar definição ao termo relacionado à “nova pobreza” nascida após neoliberalismo.

A partir dos anos 90, temos a sacração do termo exclusão social de tal modo, que chegou-se a confundir-se que se estava inaugurando um novo conceito no entendimento da questão social: a ênfase à precariedade, à marginalidade, antes sem atenção, passa a ser fundamental, a opressora exclusão social expede grupos populacionais em direção as camada mais miseráveis da sociedade, a partir deste momento a exclusão passa a se tornar a grande vilã do fim do século.

Exclusão social em particular no Brasil, não pode ter tal definição uma vez que, para haver exclusão no país deve-se ter a universalização da condição humana e esta nunca existiu, devendo-se considerar as raízes sociais históricas da situação de exclusão como a escravidão.

No Brasil a exclusão social pode ser identificada como sendo uma nova problemática social e exige uma conceituação própria, não podendo assim ser conceituada como exclusão social, uma vez que exclusão em sua amplitude, significa ser retirado de algo.

A exclusão social no Brasil é considerada por diversos autores como sendo um acontecimento peculiar ou um caso isolado, uma vez que identifica-se como sendo uma das características do capitalismo brasileiro, teve seu início após a abolição da escravatura já que o estado não preocupou-se em garantir direitos civis aos negros nem ao menos acesso a cidadania mínima (educação e moradia), para esses que na época já simbolizavam uma grande parte da população brasileira.

Somente com a revolução de 1930 é que temos a divulgação dos direitos civis bem como a universalização dos votos, nesta etapa os analfabetos não seriam contemplados.

Já no que se diz respeito a avanços na exclusão social ressalta-se que, de 1930 até os dias de hoje, tivemos uma significativa melhora no que se diz respeito a acesso a seguridade social pode-se citar como uma das maiores conquistas, o Sistema Único de Saúde, uma vez que esse era direcionado para trabalhadores com vínculo formal até 1974 quando foi constituído pela primeira vez o Sistema Único de Saúde o SUS além dele também o acesso a previdência social com a universalização através da oferta de benefícios sociais não contributivos (Benefício de valor continuado e Programa de Integração Social).

No período de 1980 a 2000, autores relatam uma “evolução” na exclusão social, diferente do que ocorrera anteriormente esta mudança tem como característica a combinação de expansão econômica e o avanço democrático (1985/2000), com a retomada da democracia a reorganização dos sindicatos entre outros, temos a inibição do crescimento econômico.

Sposati em seu texto Exclusão Social abaixo da linha do Equador nos diz que (...) conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania.

### 3.3 UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE POLITICAS SOCIAIS E PROTEÇÃO SOCIAL

Estudos sobre as políticas sociais, particularmente na periferia capitalista (BEHRING e BOSCHETTI, 2006; SPOSATI, 1988; VIEIRA, 1983 e 2004;) apontam que elas são estruturalmente condicionadas pelas características políticas e econômicas do Estado e de um modo geral,

“As teorias explicativas sobre a política social não dissociam em sua análise a forma como se constitui a sociedade capitalista e os conflitos e contradições que decorrem do processo de acumulação, nem as formas pelas quais as

sociedades organizaram respostas para enfrentar as questões geradas pelas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas.” (CHIACHIO, 2006, p. 13)

De forma abrangente, pode-se admitir que as políticas sociais brasileiras tiveram origem na fase final da Primeira República, mais comumente conhecida como República Velha, onde a “questão social” principia a adquirir evidência face à emergência do processo de industrialização enquanto substitutivo da crise da oligarquia agrária. Além disso, havia toda uma expectativa de que esta conjuntura caracterizada pelo amadurecimento do processo republicano, com seus princípios liberais de liberdade e igualdade, assegurasse a condição de cidadania à população brasileira (GOMES, 1992).

Portanto, as lutas dos movimentos sociais populares criaram um desejo de uma cultura democrática em torno da utilização dos recursos públicos, na participação da população em um processo decisório das políticas sociais públicas, assim como, da atividade política baseada na ética.

De forma, à uma concretização na relação de cidadania, não houve condições objetivas para tal, uma vez que não existia ainda, naquela conjuntura, a constituição plena do Estado intervencionista. O Estado daquela época movia-se essencialmente a partir de uma perspectiva liberal, onde grande parte das concessões realizadas à classe trabalhadora coube ao empresariado mais progressista.

Após 1964, a política social brasileira passou a ser marcada, pelos componentes dos mecanismos de financiamento, no processo de privatização do espaço público, estabelecendo-se um delicado relacionamento entre o setor público e o privado na provisão do atendimento aos serviços sociais.

Mas foi no final dos anos 1970, que as políticas de proteção social começaram a apresentar problemas organizacionais e principalmente em relação ao seu financiamento. Conseqüentemente criou-se uma extensão dos serviços na pressão por atendimento que o sistema não conseguiu atender êxito. Algumas tentativas de modificação da estrutura existente foram organizadas nos anos 1980, mas somente em meados da década de 1980 novos encaminhamentos no contexto da política social foram conduzidos pelo Estado, sendo consagrados na Constituição de 1988.

Apesar da consolidação dos direitos sociais na Carta Magna de 1988 expandia a crise do capitalismo e o fracasso do Estado de Bem-Estar Social fortalecendo no Brasil, o projeto neoliberal. Este projeto visa o livre mercado e a retração do Estado na questão das políticas sociais minimizando suas ações no campo social e repassando sua responsabilidade para a sociedade civil. Corroborando com essa afirmação sobre o projeto neoliberal no Brasil, Montaña afirma:

Como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. É o que já caracterizamos como a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas – particularmente no âmbito estatal – para as lógicas da sociedade civil e do mercado (MONTAÑO, 1999, p. 46).

A Carta Magna nos Art.203 e 204 estabelece a assistência social como direito sendo base para a construção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que no art. 1º,

Define a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993, Inc II).

A LOAS surgiu no período de expansão da globalização onde aqueles que não acompanhavam o processo econômico estariam excluídos da sociedade, não tendo condições financeiras e sociais, desfrutar de uma vida digna, necessitando assim do amparo do Estado e das políticas públicas.

A partir de um novo marco para a Assistência Social tem-se a efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Atraves da aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em setembro de 2004, veio atender a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social que aconteceu em dezembro de 2003, em Brasília. O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da Proteção Social, sendo requisito essencial para efetivação da Assistência Social como política pública (BRASIL, 2005).



O SUAS enquanto contexto da LOAS e na regulação das ações de Assistência Social, define e organiza elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, consolidando seus princípios, diretrizes e objetivos, sendo um sistema articulado e integrado de ações com direção para a Proteção Social, onde serão ofertados serviços de básicos e especial, por níveis de complexidade, respeitando o porte dos municípios.

No SUAS não há separação perante ao atendimento a família, o que importa é incluir os membros do grupo familiar em programas, projetos e serviços, para que saiam da situação de exclusão e possam ter suas principais necessidades atendidas.

Para pensar o papel exercido contemporaneamente pela família, podemos utilizar a interessante reflexão de Singly (2002). Este autor realça que historicamente a família desempenhou funções de reprodução biológica, reprodução social e construção de identidade. Embora as duas primeiras dimensões continuem essenciais, a última tende a se sobressair atualmente.

A família vem posta no espaço, onde em princípio, a disponibilidade de amor gratuito e incondicional alimenta a construção e a descoberta do seu convívio familiar, nas diferentes etapas da vida, cabendo-lhe, portanto, como função central e quase exclusiva nos dias de hoje a produção de sua identidade uma vez que, em suas demais funções, seja ela na reprodução biológica e social, surge uma divisão de tarefas com o Estado.

Perante a presença do Estado no controle da vida familiar é inegável, tanto pelo que ele afirma na legislação, nas políticas públicas ou âmbito escolar quanto pela sua omissão que define as fronteiras entre o privado que é público e o privado que é apenas privado.

Há vista a dimensão dessa identidade, muito mais sutil, é em parte contemplada, pelo menos em termos legais, pela valorização da manutenção do vínculo familiar e mais recentemente pelo enfretamento da questão da violência doméstica e familiar.

Foi na Constituição de 1988 que surgiram bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, aumentando o âmbito dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito as políticas decorrentes, através da definição dos beneficiários e dos seus benefícios.

As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental.

A ampliação das situações sociais reconhecidas como objeto de garantias legais de proteção e submetidas à regulamentação estatal implicaram significativa expansão da responsabilidade pública em face de vários problemas cujo enfrentamento se dava, parcial ou integralmente, no espaço privado (BARROS E CARVALHO, 2003).

A intervenção do Estado, regulamentada pelas leis normatizaram as determinações constitucionais, passando um contexto mais amplo da vida social, tanto com objetivos de normatizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e da pobreza.

Perante a década de 1990 ocorreram transformações econômicas e sociais no Brasil, onde a renda continuou a se concentrar na camada mais alta, assim como as classes mais penalizadas pela concentração da renda são aquelas situadas nas camadas inferiores e que foram mais afetadas pela falta de oferta de emprego e em muitos casos ocasionando o desemprego, sendo o principal mecanismo de concentração de renda neste período.

O grau de desigualdade no país além de ser elevado é o maior determinante da pobreza. Estudos apontam a crescente desigualdade de renda no país entre as décadas de 1960 e 1990, sendo que os grupos que mais sofreram com a concentração foram às classes médias nos anos 1960 e os mais pobres, esses sofreram nos anos 1980. Já os anos de 1990 apresentam estabilidade nos indicadores de concentração de renda e de pobreza (no caso dos indicadores de pobreza, estes exibem sensível melhora após a implementação do Plano Real e estabilidade nos anos seguintes). (BARROS E CARVALHO, 2003).

Ressalta-se que a estrutura sócio-econômica brasileira já é meio caminho andado para a ratificação das propostas neoliberais. Onde o governo contribuiu para a precarização do mercado de trabalho, tal como no velho

liberalismo, mais da metade dos trabalhadores brasileiros, executam trabalhos informais, e os que têm carteira assinada não possuem qualquer garantia no emprego e suas condições de trabalho são na maioria das vezes precárias. O governo quer restringir uma grande parte dos serviços públicos, em nosso país não existe, na prática, a universalidade e a integralidade na cobertura dos serviços públicos; em diversas áreas, como a saúde e a na educação, o peso do setor privado já é bastante significativo. As propostas neoliberais vão concentrar ainda mais a renda e a riqueza, isso em nosso País já é uma dura realidade.

A exclusão social parte do princípio da pobreza que é associada à desigualdade social. As famílias brasileiras apresentam diversas situações socioeconômicas que retratam a violação dos direitos de seus indivíduos como as crianças, os jovens, pessoas com deficiência, além de outros segmentos como os moradores de rua, idosos abandonados, desempregados. Encontram-se nessa condição de vulnerabilidade pela ausência de renda e por outras variáveis de exclusão social (SINGLY, 2002)

A reprodução social inclui as dimensões materiais, simbólicas e culturais, tendo, de um lado, os aspectos como a alimentação e habitação, e do outro, os valores e costumes. As políticas sociais também têm se interessado por essas dimensões, na medida em que pretendem amparar as famílias em suas necessidades materiais, sobretudo das crianças e os outros membros como os adolescentes, gestantes e idosos, estão vulneráveis através de políticas de complementação de renda ou de distribuição de bens, seja eles os alimentos, os medicamentos. Em alguns casos se vinculam a assistência material à participação de programas que divulgam valores familiares e sociais, relacionadas, a saúde e educação.

Dentre essas dimensões sociais as políticas públicas sempre contemplaram a reprodução biológica. No passado, com o incentivo a natalidade através de sua omissão, onde não disponibilizava o planejamento familiar ou incentivando com benefícios indiretos, no âmbito da habitação, promoção em serviços públicos, etc. as famílias numerosas. No presente, promovendo o planejamento familiar, mesmo que deficiente.

Entretanto, a reprodução social não consiste apenas na repetição da cultura atualmente existente, mas também na repetição, na manutenção, da

própria estrutura social e do sistema de estatutos e papéis sociais existentes num dado momento. Por isso, a reprodução social é um modo de manter as desigualdades sociais, econômicas, políticas etc.

Para Castel (2005), ao falarmos em desenvolvimento do Estado Brasileiro e das políticas políticas condizentes com os ideários sociais atuais, podemos apontar:

- a) proteção à maternidade-paternidade-infância (mais do que a fecundidade) pensada como proteção aos vínculos familiar-afetivos e não como parte de uma política natalista;
- b) incentivo à igualdade social nas famílias no que diz respeito à divisão do trabalho por gênero;
- c) punição e combate às formas de violência doméstica e familiar de forma a construir uma cultura de paz e evitar a deterioração da solidariedade social; respeito à diversidade cultural das formas de família (não há mais espaço para moralismos e isso não é condizente com os valores contemporâneos);
- d) superação do viés de classe social, que historicamente diferenciou em termos legais e de políticas públicas os estratos sociais; focalização nas camadas e pessoas vulneráveis, classificadas tais como as mulheres, crianças e idosos, de forma a favorecer o equilíbrio entre autonomia e solidariedade.

Reconhece-se a importância crucial de estimular políticas de crescimento para alimentar a dinâmica econômica e social do país. No entanto, para erradicar a pobreza no Brasil é necessário definir uma estratégia que confira prioridade à redução da desigualdade.

### 3.3.1 A exclusão social e a pessoa surda

Baseando-se em estudos pode-se afirmar que exclusão da pessoa surda vai além da exclusão social se dá por vários fatores dentre eles destaca-se a falta de interesse da sociedade em aprender a comunicar-se com esses através da linguagem de sinais, além de tratar esses indivíduos de forma inapropriada a sociedade os vê como inúteis, deficientes, que necessitam de comunicação diferenciada.

Segundo Quadros, em seu texto *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão*, no caso da pessoa surda, existe uma mistificação da surdez com a deficiência que confunde a surdez como sendo deficiência e há dificuldade em admitir-se a existência de uma cultura surda. Texto: *Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão* Ronice Müller de Quadros.

A pessoa surda é excluída pela sociedade desde sua infância, quando esta se encontra em idade escolar, seus pais ao se verem excluídos uma vez que necessitam procurar uma escola bilíngue, atualmente no Brasil não existe uma rede consolidada de informações de escola bilíngues, aí surge a dificuldade de algumas centenas de crianças não terem acesso a educação, caracterizando neste fato a primeira de muitas formas de exclusão a ser enfrentada por estes indivíduos.

Somente na segunda metade do século XX, é que começamos a ter materialização da ideia de inclusão que se dá através da inclusão.

### 3.3.2 Inclusão Social

Segundo Mendes (2002), “a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social (p.2)”.

Para o autor uma sociedade inclusiva a diversidade, o fato de ser diferente não só se é aceito como também reconhecido, com direitos iguais, sem que se faça distinção do indivíduo por sua diferença.

COMPARATO, (1999, p. 20) analisa o princípio da dignidade humana da forma a seguir:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos.

Como pode-se observar é indiscutível que o princípio da dignidade humana não abranja a educação, já que esta é o caminho para a inclusão deste indivíduo.

Segundo Aranha:

O conceito de inclusão é pautado e fundamentado que **reconhece e aceita a diversidade**, na vida em sociedade. Isto significa **garantia do acesso de todos** a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.”

Inserir socialmente este indivíduo nos meios sociais, através de sua língua que é a Lbras (Língua Brasileira de Sinais) também deve ser dever do profissional do Serviço Social, uma vez que este profissional é o “iluminador” deste usuário no caminho para busca da garantia de seus direitos .

É dever do profissional do Serviço Social considerar tal questão para desenvolver uma metodologia de trabalho pautada no código ética adequando-se à necessidade da pessoa surda, uma vez que este indivíduo não é responsável por todas as dificuldades que geralmente enfrenta, este indivíduo na verdade apenas possui necessidades comunicacionais, necessidades estas que todo indivíduo carece de forma diferenciada, enquanto ser social que é.

O capítulo a seguir, discorrer-se-á sobre o serviço social e sua atuação e seus desafios no desafio da inclusão deste usuário na sociedade, o desafio do atendimento adequado há esta usuário.

### 3.3.3 Mercado de Trabalho para pessoas surdas

No mundo globalizado que nos encontramos, deparamo-nos com situações que requerem soluções emergências, preventivas, como a inclusão, seja ela social, mercadológica, mas que se entenda que a interação, a integralização dos atores que pertencem à sociedade, com seus diversos papéis sociais, devem contribuir para a elevação da humanidade, do meio em que se vive, com fulcro de se estabelecer relações sãs de sociabilidade inclusiva, posto que, na sociedade brasileira tem-se a diversidade sócio-cultural.

No caso das pessoas surdas, como parte desta diversidade, devem ser estabelecidas metodologias que os contemple no processo de inclusão sócio-trabalhista, no que concernem as políticas sociais.

Para que existam processos que garantam a inclusão das pessoas surdas no mercado de trabalho, necessário se faz a intervenção de profissionais e de fatores que legalizem seu abarcamento no mercado, como a junção de congregações e o desenvolvimento de setores voltados à preparação, como os de serviço social, elevando o processo de aprendizagem destes cidadãos vulneráveis socialmente, para sua inclusão na sociedade capitalista.

Na tomada de conscientização da sociedade, quanto às pessoas surdas, um retrocesso na história fará com que seja percebido seu contexto no mundo social de outrora e como ele é visto na atualidade, para que a propositura da inclusão das às pessoas surdas no mercado de trabalho seja mais bem estruturada no decurso deste trabalho.

A apresentação do profissional de serviço social, como ator de articulação deste processo de inclusão, será outro ponto inerente para o posicionamento das às pessoas surdas no mercado de trabalho, observando a legislação, a democracia, às políticas públicas ofertadas, a identidade, a individualidade do deficiente auditivo.

A Política Social, processos de benfeitorias sociais como disponibilização de moradias, estruturação sanitária, programas sociais como inclusão das às pessoas surdas no mercado de trabalho, dentre outras formas de se estabelecer civilidade, estão relacionadas com a questão social, na qual é compreendida como expressão das relações de produção social e reprodução social, no mundo globalizado, tendo como fontes as respostas das classes sociais e do Estado, para a causa da política social.

Em nossa experiência profissional, não raras vezes ouvimos depoimentos de colegas assistentes sociais defendendo, com veemência, o exercício da pesquisa em seu cotidiano institucional. Entretanto, também, não foram raros os momentos em que verificamos que esse discurso nem sempre alcançava a prática. (MORAES, et. al. p. 02, 2010).

A prática do profissional de serviço social é conjugada a outros autores de ciências que coadunam em um exercício de valoração do cidadão, ensejando este nas possibilidades que o façam sentir-se incluso no processo de transformação social. Desta forma, a pesquisa, o aparato pela busca de métodos, ajudará para uma melhor composição de práticas assistenciais para o ser desprovido de amparo social.

Varias são as fases que regulam a política social, desde sua origem, quando o homem passou a conviver em grupo, em sociedade, onde, a cada época, suas necessidades foram condicionando enfoques, métodos que contemplasse a relação com a econômica, com as lutas de classes, com a política, a cultura de forma dinâmica até os dias atuais. A compreensão dos fatos pelo Serviço Social faz com que a política social seja discutida pelo surgimento da questão social, a partir dos séculos passados, até a contemporaneidade.

Quando a efetivação universal dá lugar ao caráter focalizado onde a precisão pública cede ao espaço ao privado. Essa gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalização dos sujeitos políticos que tem à frente os movimentos dos operários, esse processo de desigualdade se dá com a relação da exploração dos trabalhadores dando à resposta a classe social e seus segmentos como a política social.



A “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias a sua superação. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.127).

Se o processo de articulação do trabalho é elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere, sobretudo, à produção de classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classe são elementos internos à lei do valor e da compreensão da questão social que tem como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes.

As lutas de classe contam as formas de expor a questão da classe social: a exemplo das lutas dos trabalhadores como greve e manifestações em torno da redução da jornada de trabalho, bem como sobre a sua valia na força de trabalho.

“Busca-se resgatar as lutas e estratégias de enfrentamento construídas democraticamente e incorporadas pelas entidades organizativas do Serviço Social brasileiro, a fim de ampliar esse debate e reafirmar a defesa do projeto profissional”. (SANTOS; ABREU e MELIN, p. 02, 2011).

As pessoas com dificuldades auditivas apresentam algumas limitações mas isso, não os incapacitam. A subjetividade do ser, em sua individualidade, deve ser entendida como um método para a busca de resultados inclusivos do sujeito na sociedade, pois sua individualidade apresentará quesitos pertinentes de qual modelo analítico será eficaz, para tal prática. Desta forma, pode-se estabelecer tentativa em entender conceitos da individualidade e conceber possibilidades de visões mais ampla e desnuda de preconceitos ao deficiente auditivo, como o preconceito de que este indivíduo não pode ou não tem condições de ser inserido no mercado de trabalho.

Buscar-se-á, uma concepção de indivíduo, que é concebido e construído por e nas suas relações sociais, mas com aspectos independentes a todos os outros seres, pontos que indicam para a subjetividade. Enriquez (2006) atenta para o fato de que a partir do século XIX, com a idéia da emancipação e o progresso humano, afirma-se o imperativo do indivíduo como um sujeito autônomo, responsável por suas ações. (de OLIVEIRA, et. al. p. 1, 2009).

O mercado de trabalho não objetiva perceber o indivíduo como construtor da sociedade, mas puramente como mero consumidor, sua subjetividade não é elencada como marco do processo de avanço humano, o indivíduo, responsável por suas ações, deve assim ater-se ao imposto pelo mundo capitalista.

Sendo assim, empresas públicas ou não tendem a decidir que a contratação deve ser direcionada à visão da força de trabalho voltada para a analogia custo/benefício, não se preocupando com questões de sexo, religião, cor, pessoas deficientes, dentre outras, pois, percebem as empresas que a força de trabalho está condicionada a realizar papéis determinados que obedeçam a modelos de resultados estabelecidos pelas empresas. Logo, estas corporações, na sua maioria, não se vêem como entidades filantrópicas, assistencialistas, com programas de readaptação de pessoas portadoras de dificuldade auditiva, para o mercado de trabalho (CLEMENTE, 2005).

A sociedade, as empresas e as próprias pessoas às vezes são preconceituosas. Muitos acreditam que incluir pessoas com dificuldade auditiva, principalmente, no mercado de trabalho pode gerar problemas, pois consideram este grupo incapaz de trabalhar e/ou desenvolver a função de forma correta, portanto, passam a serem consideradas pessoas que não dão um bom rendimento e podem até causar prejuízos.

Baseado neste preconceito, as autoridades criaram a Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, com o intuito de facilitar a empregabilidade de pessoas com dificuldade auditiva, impondo as empresas a contratar esses profissionais (BRASIL, 1991).

A inserção do surdo no mercado de trabalho, ainda necessita de leis de proteção, contudo, o mais importante é que com isso, o surdo tem tido mais êxito em suas conquistas diárias e abrindo portas para um novo olhar empresarial de modo que estão se sensibilizando e percebendo o quanto o deficiente é tão capaz, responsável, dedicado e produtivo e aos poucos, o espaço será ainda mais ampliado.

### 3.4 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO

Nos países ocidentais desenvolvidos, o surgimento do Direito do Trabalho só foi possível quando a relação de emprego tronou-se a fundamental forma de integração da força de trabalho no sistema produtivo. No Brasil, a prevalência da relação de emprego sobre outras formas de mão-de-obra provocou o aparecimento do Direito do Trabalho. (GAGLIANO, 2003).

Nesse sentido, embora não demonstre nenhuma postura jus trabalhista, a Lei Áurea, de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil, pode ser entendida como o marco inicial do Direito do Trabalho. A referida lei surgiu na decadência do Império que cedeu à República, em 1889. A Constituição Republicana de 1890 foi, nesse sentido, a grande responsável por assegurar o livre exercício de qualquer profissão (GAGLIANO, 2003).

As primeiras leis ordinárias que trouxeram como tema assuntos trabalhistas surgiram nos fins do século XIX e início do século XX. Tais leis se constituíam em leis esparsas que tratavam de questões como, trabalho de menores, organização de sindicatos rurais e urbanos e férias. (GAGLIANO, 2003).

A partir da Revolução de 1930, o Direito do Trabalho passou a ser objeto de intensa construção legislativa com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, regulamentação das relações de trabalho de cada profissão, nova estrutura sindical, proteção ao trabalho da mulher, Convenções Coletivas de Trabalho, Justiça do Trabalho e salário mínimo (1936). (GAGLIANO, 2003).

Com a Constituição Federal de 1934, o Direito do Trabalho tronou-se um ramo jurídico institucionalizado. Diversos fatores contribuíram para esta transformação jus trabalhistas. Como influências externas fazem-se necessário destacar as transformações e a crescente elaboração legislativa de proteção ao trabalhador que ocorriam na Europa, bem como o ingresso do Brasil na Organização Internacional do Trabalho, comprometendo-se a observar as normas trabalhistas. Por outro lado, o movimento operário, caracterizado por inúmeras greves, no final do século XIX e início do século XX e início do século

XX e o surto industrial – efeito da 1ª Guerra Mundial – foram as influências que determinaram a institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil.

A Constituição Federal de 1934 caracterizou-se pelo pluralismo sindical, enquanto a de 1937 impôs restrições ao movimento sindical, enquadrando os sindicatos em categorias classificadas pelo Estado. A Carta de 1937 aboliu a pluralidade sindical proibindo mais de um sindicato representativo de trabalhadores e o direito de greve.

Em 1943, foi elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho, Esse diploma legal é resultado da sistematização das leis esparsas já existentes, acrescida de novos institutos. De valiosa técnica, exerceu grande influência no Direito do Trabalho nos anos seguintes, contudo, não valorizou o direito coletivo.

A Constituição Federal de 1946 restabeleceu o direito de greve, mas conservou os mesmos princípios da Constituição anterior, uma vez que não privilegiou o direito coletivo. Foi essa Constituição que transformou a justiça do Trabalho em um órgão do Poder Judiciário do Trabalho em um órgão do Poder Judiciário que até esse momento possuía natureza administrativa.

Já a Carta Magna de 1967 representou o pensamento dos governos militares iniciados em 1964 e introduziu o sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

#### **4 SERVIÇO SOCIAL UMA PROFISSÃO EM ASCENÇÃO**

O surgimento do Serviço Social no Brasil, como profissão, está atrelada a circunstâncias históricas concretas: o contexto do desenvolvimento capitalista europeu e norte-americano, o agravamento da questão social em fins do século XIX, e os freqüentes embates políticos, ideológicos e sociais. Os pioneiros do Serviço Social estavam ligados, geralmente aos estabelecimentos assistenciais e a congregações cristãs, tanto de católicos como de protestantes, partidários da reforma social. (BRASIL, 1991).

O profissional do serviço social é parte integrante de uma sociedade onde as relações sociais ocorrem entre grupos de pessoas, modificando-se de acordo com os meios de produção e interesse de cada determinado grupo social. Essas relações sociais converteram-se de acordo a sua maneira de produzir e o meio em que está inserido. As relações aconteceram entre forças contrárias dentro de um contexto histórico social em que se insere, tendo a possibilidade de colocar sua ação criticamente ou conformista, criando ou não escolhas que procurem desconstruir valores, normas, moralidades, constituídas em pré-conceitos assimilados pela cotidianidade da vida das pessoas. (BRASIL, 1991)

Os voluntários assistenciais como profissionais, se encaixavam no processo da divisão social do trabalho, numa fase do desenvolvimento capitalista, onde eram imperativas medidas efetivas de preservação da ordem social e do próprio sistema. O Serviço Social nascia como parte destas medidas, mas situado num complexo mais amplo de implementação de políticas sociais pelo “Estado capitalista”. (CARVALHO & LIMA, 1992).

Na segunda metade do século XIX, nos estabelecimentos privados, já se observava a racionalização da assistência. Na Inglaterra, a partir de 1869, e nos Estados Unidos, a partir de 1870, surgiram as Sociedades de Organização da Caridade que coordenavam diversas instituições sociais, apoiadas em campanhas de fundos e introduziam a racionalização em todas as iniciativas de controle e assistência à pobreza. O Serviço Social, nessas regiões, como profissão, surgia junto a essas instituições, utilizando-se dos conhecimentos

que elas apresentavam na área assistencial. A implantação de Escolas de Serviço Social ocorreu logo após, vinculada à necessidade de pessoas competentes para executar atividades voltadas para a assistência, movidas de conhecimento sistemático e profissional específicos. No Brasil, encontrando condições sociais diferentes, a nova profissão assumiu características peculiares, que vão marcar seu desenvolvimento e que ajudam a compreender suas limitações posteriores. (NETO, 1996).

Fundamenta-se em teorias políticas e sociais que norteiam a ação profissional. O profissional do Serviço Social tem uma formação ampla, generalista e acadêmica com base teórica, técnica e política que possibilita elaborar, planejar, executar suas ações, podendo desenvolver trabalho em diversos segmentos sociais. É um profissional inserido nas Políticas Públicas de saúde, educação, trabalho, previdências sociais, lazer e assistência social, podendo desenvolver trabalhos juntamente a famílias, a crianças e a adolescentes, na área de moradia e de terceira idade. (NETO, 1996).

O Serviço Social é uma profissão que apresentam certas singulares. A sua especificidade está no fato de atuar voltado para as necessidades humanas de certa classe social, ou seja, aquelas formadas pelos grupos menos abastecidos, pauperizados ou excluídos de bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade. É por isso que os profissionais do Serviço Social operam basicamente na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada. (CORREIA, 2006).

O diagnóstico do Serviço Social na esfera das relações sociais capitalistas visa a superar as influências liberais que grassam as críticas sobre a denominada “prática profissional”, observada como exercício do indivíduo isolado, separada da ligação social que designa sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Os procedimentos históricos são restringidos a um “contexto” caracterizado da prática profissional, que a condiciona “externamente”. A “prática” é observada como uma relação particular entre o Assistente Social e o usuário de seus serviços – seu “cliente” – desvinculada da “Questão Social” e das políticas sociais (NETTO, 2006, p.168).

O Serviço Social nasceu na década de 30, em um momento de grandes mudanças na sociedade brasileira, época em que o País se caracterizava por uma economia agrário-exportadora. As alterações na composição econômica e política do País foram aceleradas com a Revolução de 30 e permitiram uma

ativação no processo de industrialização nacional. A classe operária dava início a uma organização para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

Iamamoto (1999) afirma que o surgimento do Serviço Social no Brasil tem sua origem no amplo movimento evangelístico e catequético da Igreja Católica se servindo dos movimentos sociais com o objetivo de recristianizar a sociedade. Com o desenvolvimento da industrialização e das populações das áreas urbanas.

O Serviço Social nasce como atividade que apresentava mais bases doutrinárias que científicas, no centro de uma trajetória de abertura reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico científico da profissão (...) ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1985, p.21).

Em 1932, foi fundado, na cidade de São Paulo, o primeiro núcleo de Serviço Social brasileiro, nesse núcleo era concentrada boa parte do parque industrial nacional. E no ano de 1936, brotaram as primeiras experiências do Rio de Janeiro (LIMA, 1982).

Os primeiros assistentes sociais brasileiros surgiam com a tarefa de pelear pela criação de instituições sociais, pela organização e racionalização da assistência, para construir uma profissão e preparar os novos profissionais que abrohassem. Para tanto, eles deveriam seguir um modelo importado do estrangeiro.

No Estado de São Paulo foi fundada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil no ano de 1936, por jovens católicos e militares que participavam de atividades de assistência que faziam parte da trajetória da Igreja, todos tinham relação com a classe da burguesia paulista. Em 1937, foi fundada a segunda Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, esta instituição contava com a colaboração da Congregação das Filhas do Coração de Maria, vinda da França.

Dessa forma, as escolas do Serviço Social nasceram por influência direta da Igreja Católica e vinculada a classe burguesa. Entretanto, a Igreja sofreu forte influência européia, especialmente da França e da Bélgica, países que foram os pioneiros do Serviço Social deram também o formato e a forma de abordagem da questão social dos respectivos países. (CORREIA, 2006).

Ao longo de sua história, o Serviço Social vem conquistando avanços, revisando e redimensionando através de maior capacitação técnica e compromisso com a construção de uma nova sociedade, baseada na democracia, na liberdade e na justiça social.

O Serviço Social segundo Borges (2006) é uma profissão regulamentada pela Lei Federal 8.662/93 e um código de ética, que exige a graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). É uma profissão de caráter político que utiliza instrumentos para intervir nas varias faces da questão social.

Netto (1992), afirma que o seu desenvolvimento do serviço social teve sua história marcada pelo contexto econômico das lutas de classes decorrentes da problemática social gerada pela sociedade capitalista no processo de Industrialização. No inicio a prática dos assistentes sociais eram baseadas nas doutrinas da igreja, tendo como atuação o assistencialismo e a filantropia onde era utilizado o método conservador.

Desta forma,

A implantação do serviço social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que manifestam, principalmente por intermédio da igreja católica. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005, p.127).

Contudo, os autores acima citados relacionam o surgimento do Serviço Social como profissão, diretamente ligado a filantropia e sua profissionalização esta vinculada à dinâmica da ordem monopólica, e tem por bases as modalidades pelas quais o Estado burguês se enfrenta com a questão social.

Silva (1995), também discorre que a história do Serviço Social está ligada aos fatos históricos que contribuíram para a formação profissional do assistente social. E essa história,

[...] não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua ligação com o contexto geral da sociedade [...] isto é, a história do Serviço Social está em articulação com a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais. (SILVA, 1995, p. 35).

Desse modo entendemos que o serviço social esta relacionado à questão social, com repercussões nas expressões das desigualdades sociais e essas situações trazem ao serviço social demandas que necessitam de



intervenção profissional, que na maioria das vezes vão além de medidas e projetos de Assistência Social.

A compreensão da sua história atrela-se no contexto econômico de lutas de classes, ocasionando profundas transformações ocorridas pela acumulação capitalista da época. O Serviço Social no Brasil surge então, na década de 30 por meio de iniciativas particulares da burguesia, seguindo como referencial o Serviço Social europeu respaldado na igreja católica. (MARTINELLI, 2008)

No âmbito da saúde o Assistente Social, tem como competências intervir juntos aos fenômenos sócios- culturais e econômicos, que reduzem a eficácia dos programas de prestação de serviços no setor, que seja ao nível de promoção, participação e/ou recuperação da saúde.

A prática profissional dos Assistentes Sociais vem se desenvolvendo e a cada dia tem se tornado uma prática necessária para a promoção a atenção à saúde. Sua intervenção tem se ampliando e se consolidando diante da concepção de que o processo saúde-doença é determinado socialmente reforçado pelo conceito de saúde. (NETO, 1996).

A atenção à saúde não está centrada apenas sob o enfoque médico, mas nas diferentes intervenções cujas práticas enfocam a prevenção. A especialização da prática profissional no trabalho coletivo na saúde evidencia-se, em sua atuação, que não se dá na doença de forma específica, mas no conjunto de variáveis que determinam. É no confronto entre o direito do usuário e as normas institucionais que o profissional intervém para assegurar o compromisso deste direito que é expressão mínima de outros grandes embates que o profissional enfrenta no setor de Saúde (BRAVO, 2002).

O Serviço Social compartilha de um trabalho coletivo que visa à humanização do atendimento. Por ser uma profissão histórica, que atua nas transformações societárias ocasionadas pelas disparidades das expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania, por meio desse trabalho, o Serviço Social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de distintos segmentos da classe trabalhadora (ROCHA, GIMENEZ, 2009).

A atuação do assistente social se faz desenvolvendo e propondo políticas que possam responder pelo acesso dos segmentos de população aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente, principalmente, aqueles da área da Seguridade Social.

#### 4.1 A LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE A POLITICA SOCIAL

Embora a profissão de assistente social tenha sido regulamentada no Brasil no ano de 1957, só em 1993, com o surgimento da Lei Federal 8.662 de 1993, e o seu Código de Ética, revisado em 1993, foi que o curso ganhou diretriz, tendo como finalidade e compromisso, o envolvimento com a democracia e o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos atendendo as organizações que abrangem o sistema do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). (CORREIA, 2006).

Na década de 60 o Serviço Social ganhou considerável propagação profissional e crescimento metodológico. A profissão passou por transformações nos seus métodos e técnicas utilizadas. O engajamento nas lutas políticas e sociais da sociedade brasileira nos anos 80 incentivou na realização de leis relevantes que garantiam direitos sociais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança - ECA e do Adolescente e a LOAS Lei Orgânica do Assistente Social. Atualmente a profissão de assistente social vai sendo redefinida, buscando sua inclusão na realidade social brasileira, atentando para o seu significado social que é descoberto a partir da compreensão da questão social brasileira e a atuação consciente sobre demandas sociais. Tais expressões se revelam nas profundas desigualdades sociais e econômicas do país, e suas manifestações na pobreza, violência, fome, desemprego, carência materiais e existenciais, objeto da sua atuação profissional. (CORREIA, 2006).

É importante destacar que o surgimento da profissão não se dá ao acaso, mas, como resultado da necessidade de mediação dos conflitos sociais, por um ator tecnicamente capacitado para direcionar as demandas decorrentes de conflitos sociais quer latentes quer manifestos (NETTO, 1992).

No Brasil, a formação do Serviço Social, ocorre no decorrer de um processo histórico, marcado pela desigualdade social, sendo que neste contexto se dá a implantação do Serviço Social como profissão, em sua prática profissional em atuação de forma intervencionista, mediadora. O Serviço Social decorre de uma trajetória onde houve influência do capital.

Sua origem está vinculada ao posicionamento da Igreja Católica que tinha a questão social, moral e religiosa direcionada para o cristianismo da sociedade. Por ser um profissional assalariado, ele compreende e assume as condicionantes que agrega a classe trabalhadora e assalariada. Possibilitando sua identificação e sua organização como profissão, isto “não se revela de imediato, não se revela no próprio relato do fazer profissional, das dificuldades que é vivenciada cotidianamente” (IAMAMOTO, 1992, p. 52).

A conquista do Serviço Social é histórica e tem início com o Movimento de Reconceituação ocorrido na década de 1970, que marcou os caminhos do Serviço Social em consonância com os novos tempos.

A tomada da realidade de que a cotidianidade contemporânea nível constitutivo supõe a reconstrução contemporânea da sua ontologia, da totalidade concreta própria da sociedade burguesa madura. E a busca mais pertinaz das mediações é um imperativo para que a dissolução da opacidade imediata dos “fatos” cotidianos não redunde numa indiferenciação que substitui as passagens conversões efetivas e reais que mantêm tenso o tecido social (NETTO, 2007, p.90).

A profissão de Serviço Social se apresenta como mediadora e tem a finalidade de propor estratégias de ação entre profissional e usuário, em uma situação de relação entre o sujeito, sua subjetividade, mas também demandas sociais, algumas urgentes, cuja expectativa de ver encaminhada ou suprida pelas ciências sociais. O profissional de Serviço Social deve considerar os elos entre o social, individual e familiar do usuário, levando em conta o contexto das dimensões em que esse indivíduo se constitui.

A Reconceituação é apontada como Movimento que expressa modalidades diversas e específicas, através de uma base comum de denúncia da inadequação e inoperância do Serviço Social frente à realidade latino-americana e reconhecimento da exigência de uma redefinição profissional,

desse modo o movimento de assistentes sociais adquiria uma orientação desenvolvimentista e posteriormente, uma orientação de perspectiva dialética, em contraposição ao Social work norte-americano de orientação funcionalista. (CARVALHO, 1992).

O Serviço Social é tratado como uma profissão que atua de forma articulada, mediadora, intervencionista devido a uma trajetória e estratégia que favoreça para o indivíduo/ família em busca de uma melhor relação com o sujeito, pois um fator importante que interfere na vida do indivíduo é a exclusão social.

Faleiros (2005) destaca a construção de estratégias de ação, envolve recursos apropriados e disponíveis a organização, a informação e a comunicação, para o enfrentamento, pelo sujeito da ação profissional. A luta incide na capacidade de fortalecer os sujeitos sociais, com o intuito de promover ou resgatar a auto-estima, a valorização das condições singulares de sobrevivência individual e coletiva, de modo a possibilitar a sua autonomia atuando como sujeito social.

Segundo Iamamoto (2005, apud Santos), as reflexões sobre o Serviço Social na contemporaneidade, em meio às relações sociais capitalistas, devem servir para que se superem os influxos liberais que se estendem progressivamente sobre as análises a respeito da “prática profissional”, abrangida como um método do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na social.

Nos anos de 1980, ocorre o momento necessário para o ‘salto qualitativo’ do Serviço Social que persiste até os anos 90 e depois de encontros, debates, oficinas, foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, em 1996. Foi contemplado o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei que Regulamenta a Profissão em 1993, apontando a materialização do compromisso ético-político da profissão com a classe trabalhadora iniciado em 1970. Ainda na década de 90 o Serviço Social rompe sua base protocolar com o conservadorismo, com uma visão de homem enquanto ser social que constrói sua história, tendo a liberdade centro de orientação deste projeto, compreendida não apenas como valor, mas como capacidade ontológica do ser social. (BARROCO, 2003)

Em 1981, surgiu a primeira turma do único curso de doutoramento em Serviço Social na América Latina, sob a responsabilidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, verificando-se em 1982, o reconhecimento oficial da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), abrindo um linha específica para financiamento de pesquisa e constituindo um comitê assessor próprio para avaliação dos projetos apresentados por assistentes sociais pesquisadores. (SILVA 1995 p. 41)

O Serviço social com os desafios e as perspectivas que se apresentaram para a profissão na década de 90 se institucionalizou e passou a desenvolver a profissão, admitindo um campo privilegiado da ação das políticas sociais, e programas assistenciais, os mandatários e os processos históricos que se apresentavam para o Serviço Social como o Estado, os setores empresariais, os setores populares e a massa desorganizada representavam o mandatário do Serviço Social, nas quais expressa o conjunto de demandas a uma força social, interessando principalmente os setores dominantes da sociedade.

Segundo Iamamoto (2001), o Serviço Social tem seu surgimento marcado pela concretização do regulamento capitalista quando da sua manifestação como monopólios, este marcado pelo afloramento da “questão social”, entendida aqui como: O conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção oposto a assimilação privada da atividade humana- o trabalho, das condições para a sua realização, bem como de seus frutos. Não se separa da situação crítica do ‘trabalhador livre’, que está sujeito a venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social propaga diversidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, através das características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

[...] no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção de uma esfera pública. (IAMAMOTO, 2001 p. 10).

Na atualidade os assistentes sociais são desafiados diante das estratégias de descentralização das políticas públicas a se qualificarem para atualizar, acompanhar e explicar as especialidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal. Ocasão que, o assistente social encontra-se em contato direto com o cotidiano das questões relacionadas a saúde pública, a criança e adolescente, ao idoso, a educação, etc., devendo acompanhar as diferentes maneiras como estas questões são experimentadas pelos sujeitos.

Iamamoto (2001) acrescenta ainda, que os profissionais que ficarem presos a uma visão burocrática e rotineira do papel do assistente social entenderão como desprofissionalização as mudanças que vem se processando na profissão como, a terceirização, a subcontratação, a queda do padrão salarial, o crescimento do emprego temporário e até mesmo o desemprego que são dimensões constitutivas da feição atual do serviço social e não uma realidade alheia.

A sua intervenção profissional estende-se nas organizações estatais, empresariais e filantrópicas, em atividades assistenciais, por meio da implementação direta de serviços sociais. É uma profissão introduzida na divisão social e técnica do trabalho, assim como no contexto das relações sociais, assim, de acordo com a história ela é apontada a partir das relações entre as classes em confronto na sociedade capitalista.

## 4.2 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS DESAFIOS

No capítulo a seguir discorrer-se-á sobre o Serviço Social na contemporaneidade, seus anseios, o movimento de reconceituação e suas principais características dos profissionais atuantes em seu universo, sua história a partir do movimento de reconceituação.

#### **4.2.1 O movimento de reconceituação**

O movimento de reconceituação na América Latina pode ser dividido em duas fases antes e depois da ditadura militar.

Baseando-se em autores pode-se definir que o momento que antecede ao golpe militar no Brasil nos anos 60 (Araxá (março de 1967), temos o início da discussão sobre a atuação do Serviço Social, durante o período de ditadura militar no Brasil esse movimento fica na clandestinidade retornando há “luz da sociedade” a partir dos seminários de teorização de Sumaré (novembro de 1978) e Alto da Boa Vista (novembro de 1984)).

Pode-se afirmar que a atuação do profissional de serviço social definiu-se em um divisor de águas antes e depois do movimento de reconceituação.

Com esse movimento nasceu uma outra forma de pensar deste profissional, que até este momento desenvolvia seu trabalho de forma conservadora pode-se definir este movimento como sendo a ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo do serviço social.

O profissional do Serviço Social deve ter um olhar diferente dos demais profissionais assim, poderá pautar itens como sendo sua competência como o compromisso e a qualidade na prestação de serviços prestados a população ou no aprimoramento intelectual, tendo esses como seus objetivos.

O capítulo a seguir discorre sobre o trabalho do profissional do serviço social na contemporaneidade e seus desafios atuais.

#### **4.3 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS DESAFIOS**

Pode-se afirmar que o Serviço Social surge da ideologia conservadora, nos seios da Igreja Católica como proposta de controle de outras crenças religiosas.

Com a expansão do capitalismo a profissão passa a atender seus interesses, dentro de um contexto contraditório e antagônico, como forma de

conter a classe proletária que começa a se organizar e reivindicar contra a exploração no processo de trabalho.

Nessa dinâmica capital X trabalho começa a expandir às mazelas da questão social que cresce na medida em que o capital produz riqueza, ou seja, o controle dos meios de produção e da exploração da mão de obra da classe trabalhadora. A concepção de questão social mais difundida no serviço social é de Carvalho e Iamamoto quando apontam que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e a repressão. O Estado para a intervir diretamente nas relações entre empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO, CARVALHO; 1983 p. 77)

A questão social não representa só as desigualdades sociais, mas a luta dos trabalhadores, da população excluída e subalterna, pela garantia de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, nesse âmbito em que o capitalismo detém hegemonicamente de todos os provimentos de poder na sociedade.

Historicamente a partir dessas múltiplas expressões que o capital não consegue conter, se insere o Estado que começa a intervir no processo econômico capitalista desempenhando uma multiplicidade de funções fazendo com que essa intervenção estatal fosse de primeira ordem, devido ao agravamento dos problemas sociais serem considerados como problemas públicos. Essa intervenção estatal não se empenhou apenas para controlar as manifestações da coletividade que a ordem capitalista exercia, mas foi direcionada também para garantir os super lucros do capital, dando condições necessárias a acumulação e a valorização da mais valia, obtendo o poder tanto público como econômico. O Estado cria as políticas sociais que se articula em duas vertentes na ordem burguesa: uma de controlar a classe trabalhadora e outra de favorecer políticas paliativas. E, nesse contexto surge o assistente social enquanto profissional inserido na divisão sócio-técnico do trabalho para



executar essas ações. Ações essas voltadas para tentar amenizar as seqüelas da questão social minimizando o conflito entre as classes. Assim, Iamamoto; Carvalho aborda que:

A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como participe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos a privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou tem acesso ao aparato estatal, Na operacionalização de medidas, instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenidos e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente. Entre essas tecnologias encontra-se o serviço social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007 p. 111)

A partir desses comentários dos autores e fazendo uma análise do surgimento das políticas sociais e a inserção do assistente social para execução e implementação dessas delas observa-se que o capitalismo se modificou elevando seu desenvolvimento econômico e trazendo as mudanças nas expressões da questão social. Por outro lado, o capital trouxe o desenvolvimento tecnológico e incentivou o crescimento econômico, modificou o modo de produção, ou seja, alterou a dinâmica da classe trabalhadora, as relações sociais, caracterizando-se por uma complexa divisão do trabalho entre e dentro do processo de trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas e assim acirrando o antagonismo entre as classes.

A partir do crescimento da organização do proletariado e transformações da dinâmica do capital houve mudanças da prática tradicional do assistente social, rompendo com a herança conservadora da profissão. A perspectiva conservadora não estava respondendo às necessidades de atuação profissional pois, não oferecia compreensão teórica para a leitura da realidade social. Assim surgiu o movimento da profissão para romper com a herança conservadora. São marcos desse movimento os documentos de Araxá, Teresopolis, Sumaré, o movimento de BH, em Belo Horizonte. Salientando que esses movimentos em favor de uma nova prática profissional foram paralisados pelo período do regime militar voltando após seu término.

Assim, a partir dessa iniciativa, na década de 80, com a efervescência do movimentos sociais na busca pela legitimação dos direitos sociais, houve a

reconceituação da profissão: inserindo a visão marxista; rompendo com as práticas assistencialistas; e adotando uma visão política de caráter crítico frente a ordem vigente e, estabelecendo o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, visando uma nova ordem social e hegemônica sem discriminação de classe, gênero ou etnia. Com base nessa perspectiva que o Projeto Ético Político da profissão visa :

[...] O reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p. 16).

A partir da renovação da práxis social que o assistente social começou a estudar a questão social, não só porque tornou objeto de intervenção nos aspectos econômico e social mas, pelo fato de ser visualizada na trajetória histórica dos sujeitos e na conjuntura das relações sociais que permeiam na realidade social.

Como base para sua atuação, esse profissional, utiliza os fundamentos do código de ética profissional que fomenta o princípio da liberdade, democracia, a equidade e a justiça social e luta na desconstrução de qualquer forma de discriminação e preconceitos principalmente aqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade social e aqueles excluídos por qualquer forma da sociedade. Esses fundamentos direcionam o fazer profissional contribuindo para emancipação dos indivíduos e a garantia dos direitos sociais, tendo o compromisso com a autonomia da sociedade, orientando os indivíduos a tornarem-se críticos e construir uma nova sociedade livre da alieação. Esse compromisso com a sociedade também contempla o direito à educação e a desconstrução da ideologia manipuladora da sociedade.

## CONCLUSÃO

Considerando que a assistente social atua nas diversas formas de expressão da questão social, em diversos campos de atuação e, que dispõe de relativo poder de interferência na formulação ou implementação de critérios técnico-sociais que regem o acesso dos usuários aos serviços prestados pelas instituições e organizações sociais públicas e privadas, é que ressaltamos a importância destes profissionais conhecerem as particularidades e singularidades dos usuários surdos para que possam intervir de forma coerente e capaz de garantir a efetivação dos seus direitos, evitando acontecer situações constrangedoras para as pessoas surdas.

São muitos os desafios em relação à efetivação dos direitos das pessoas surdas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, como pudemos constatar a partir do levantamento das principais leis que envolvem surdos.

Ao considerarmos que as políticas sociais servem para assegurar os direitos dos cidadãos, percebemos que existem várias Leis que garantem direitos aos surdos, mas é visível o desconhecimento ou desrespeito quanto à realidade e às verdadeiras reivindicações da comunidade surda.

Constata-se, através da observação da realidade, que a questão das pessoas surdas não está desvinculada do contexto geral da sociedade capitalista em que vivemos. Os surdos necessitam que o Estado assuma sua responsabilidade perante as desigualdades sociais.

Para estas pessoas, a autonomia é um direito que, ainda, precisa ser conquistado, tanto em relação às famílias, como em relação à toda sociedade visto que na maioria das vezes eles, são tratados como inferiores, incapazes, sendo tolhidos de exercerem, por exemplo, a profissão que sonharam e escolheram para si mesmos por não conseguirem vencer um mercado de trabalho altamente preconceituoso.

Nós, assistentes sociais, enquanto profissionais comprometidos ética e politicamente não devemos nos restringir às abordagens que tratam as necessidades sociais como problemas e responsabilidades individuais e

grupais, é preciso trabalhar em prol da crescente responsabilização do Estado pela implementação das políticas sociais.

Enfatizamos, portanto, que são vários os debates e as questões referentes ao povo surdo. E, que é importante as assistentes sociais estarem atentos às reivindicações destas pessoas para que façam as mediações e intervenções adequadas às suas realidades e, dessa forma, serem profissionais qualificados para efetivação e garantia de direitos.

Acreditamos que nosso trabalho abre um leque de possibilidades para futuros estudos, mais aprofundados, sobre diversas questões aqui levantadas.

Desejamos que a temática seja abraçada por mais profissionais e pesquisadores do Serviço Social, principalmente por aqueles que atuam, na prática, com surdos, pois é extremamente necessário o estudo sobre esta temática junto à profissão.

Finalizando, queremos destacar que o povo surdo brasileiro não está parado. Surdos e surdas não são coitadinhos que ficam em casa “isolados” do mundo, não são inferiores. Eles lutam a cada dia para mostrar sua capacidade, seu valor. Lutam para que cada vez menos surdos sejam tratados como defeituosos, anormais, deficientes ou mudos, é uma luta árdua que, como qualquer outra, envolve jogo de forças políticas internas e externas.

Assim, cada um com suas vontades, vocações e habilidades têm procurado viver com dignidade e realizar seus próprios sonhos. Hoje aqui no Brasil, sem citar outros países, já temos centenas de surdos com nível superior completo.

Portanto, o povo surdo possui força e coragem para enfrentar os desafios que lhe são postos, mas precisam que o povo ouvinte o respeite. Qualquer que seja o nível lingüístico de um surdo, seu grau de escolaridade ou sua profissão, antes de tudo, eles são humanos, são cidadãos brasileiros com direitos e deveres iguais a todos. E, aqueles que se encontrem em situação de desrespeito aos seus direitos e de vulnerabilidade social devem encontrar, nos serviços que buscarem, assistentes sociais capacitados técnica, ética e politicamente para atendê-los com respeito, dignidade e qualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, centro gráfico, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Evolução da educação especial no Brasil**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1991. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>. Acesso em: 09 Maio 2013.

BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CARREIRA, Dorival. **A Integração da pessoa deficiente no Mercado de Trabalho**. São Paulo: FGV, 2000.

CARVALHO, Maria Irene Lopes B. de. **Ética, Serviço Social e "responsabilidade social": o caso das pessoas idosas**. Rev. katálysis, Dez 2011, vol.14, no. 2, p.239-245. ISSN 1414-498.

CANOTILHO, Marta Martins. **A integração de crianças portadoras de deficiência física no ensino regular segundo a perspectiva de seus pais**. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2002, vol.08, n.01, pp. 15-26. ISSN 1413-6538.

CLEMENTE, Carlos Aparício. **Caminhos da Inclusão: é só o inicio de uma longa estrada, mas iniciativas positivas mostram um horizonte para a pessoa com deficiência**. Osasco: Espaço Cidadania, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Vozes, Petrópolis: 2005.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 20.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. Paz e Terra, São Paulo:1999.

EXCLUSÃO SOCIAL ABAIXO DA LINHA DO EQUADOR - Aldaíza Sposati<sup>1</sup>

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história mundial**. (maio de 2008) In: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID). Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos.php> acesso em: 10/09/2012, às 20:30h.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003. V.3.

GOMES, Orlando. GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do trabalho**. 13<sup>o</sup> Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico- metodológica 19 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMATO, Marilda; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

INCLUSÃO SOCIAL E MUNICIPALIZAÇÃO. Maria Salete Fábio Aranha  
Programa De Pós Graduação Em Educação, UNESP-Marília

MAURIA CECILIA MOURA O surdo: caminhos para uma nova identidade, ano 2000.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO Sonia Alem Marrach

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J.P. **Transformações societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão. In Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n.50, 1996.

NETTO, José, Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: A estrutura básica do novo projeto profissional. Brasília: UNB, 1999, pg. 15.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 5. ed. São Paulo: LTR, 2009.

PINA, Leonardo Docena e MARTINS, André Silva. **Implicações da crise capitalista no campo teórico: pósmodernidade e exclusão social das pessoas com deficiência**. Revista Trabalho Necessário, Ano 8, nº 10, 2010.

SITUANDO AS DIFERENÇAS IMPLICADAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: inclusão/exclusão Ronice Müller de Quadros.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Formação profissional do Assistente Social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995

SILVA, José Antonio Ribeiro de Oliveira. **Acidente do trabalho responsabilidade objetiva do empregador**. São Paulo: LTR. 1995. p. 180.

STROBEL, Karin L. **Surdos: Vestígios não Registrados na História.** Tese de Doutorado em Educação UFSC. Florianópolis: 2008. Disponível em: <http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br> acessado em: 09/09/2012

TEXTO: A OPÇÃO NEOLIBERAL DO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LULA.

WRIGLEY, Owen. The Politics of Deafness. Gallaudet University Press. Washington, 1996.